

Lei dos Crimes Hediondos: Solução ou Agravante para a Crise do Sistema Penal Brasileiro?

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 1, 2024



Introdução

A Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) foi criada com o objetivo de endurecer o tratamento penal para os delitos considerados mais graves e reprováveis pela sociedade. No entanto, após mais de três décadas de sua vigência, cabe

questionar se essa lei tem sido eficaz na redução da criminalidade e quais são seus impactos na superlotação carcerária do país.

A Proposta da Lei dos Crimes Hediondos

A Lei dos Crimes Hediondos surgiu em um contexto de crescente violência e clamor social por medidas mais duras contra a criminalidade. Ela estabeleceu um rol de crimes considerados hediondos, como o homicídio qualificado, o latrocínio, o estupro e o tráfico de drogas, entre outros. Para esses delitos, a lei previu um tratamento mais rigoroso, com penas mais elevadas, restrições a benefícios como a progressão de regime e a proibição de graça, anistia e indulto.

Eficácia Questionável na Redução da Criminalidade

Apesar das intenções do legislador, estudos têm apontado que a Lei dos Crimes Hediondos não tem sido eficaz na redução da criminalidade. [De acordo com Lima \(2020\)](#), o rigor das penas pode contribuir para a superlotação das prisões, sem necessariamente reduzir a incidência dos crimes hediondos.

Além disso, a inclusão do tráfico de drogas no rol de crimes hediondos é apontada como um dos fatores que mais impactaram o crescimento da população carcerária. Segundo o [IBCCRIM](#), essa medida contribuiu significativamente para o encarceramento em massa no país.

Impactos na Superlotação Carcerária

A aplicação da Lei dos Crimes Hediondos tem sido associada ao agravamento da superlotação carcerária no Brasil. Com penas mais longas e restrições a benefícios, os condenados por esses

crimes acabam permanecendo mais tempo no sistema prisional, sobrecarregando ainda mais as unidades prisionais.

[Dados do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária \(CNPCCP\)](#) indicam que a superlotação prisional é um dos maiores desafios do sistema penitenciário brasileiro. Apesar das medidas adotadas para reduzir esse problema, a taxa de ocupação das prisões permanece alarmante.

Necessidade de Políticas Criminais Mais Abrangentes

Diante desse cenário, é fundamental repensar a eficácia da Lei dos Crimes Hediondos e buscar políticas criminais mais abrangentes e efetivas. [O Conselho Federal de Psicologia \(CFP\)](#) ressalta a importância de investir em prevenção, ressocialização e alternativas ao encarceramento, em vez de apostar apenas no endurecimento das penas.

É preciso uma abordagem multidisciplinar, que leve em conta os fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para a criminalidade. Medidas como a melhoria da educação, a geração de empregos, o fortalecimento das políticas de prevenção e o aprimoramento do sistema de justiça criminal são fundamentais para enfrentar o problema de forma mais eficaz e sustentável.

Conclusão

O debate sobre a eficácia da Lei dos Crimes Hediondos na redução da criminalidade e seus impactos na superlotação carcerária evidencia a complexidade do problema da segurança pública no Brasil. Embora a intenção do legislador tenha sido endurecer o tratamento penal para os delitos mais graves, os resultados têm sido questionáveis e os efeitos colaterais, preocupantes.

É necessário repensar a política criminal brasileira, buscando

um equilíbrio entre a punição dos crimes e a adoção de medidas preventivas e ressocializadoras. Somente com uma abordagem abrangente e multidisciplinar será possível enfrentar a criminalidade de forma mais efetiva e, ao mesmo tempo, garantir a dignidade e os direitos fundamentais dos apenados. A Lei dos Crimes Hediondos, por si só, não tem sido capaz de solucionar a crise do sistema penal brasileiro, sendo necessário um esforço conjunto da sociedade e do poder público para construir um modelo de justiça criminal mais justo e eficiente.